

**Mais do que Dando Nomes a Bois:
Nomes e Sobrenomes na Fazenda de Santa Cruz (RJ, 1759-1817).**

Prof. Dr. Carlos Engemann
Programa de Mestrado em História
Universidade Salgado de Oliveira
carlos.engemann@gmail.com

A Fazenda Santa Cruz e seus Inventários

A Fazenda Santa Cruz teve, ao longo de sua história, vários títulos a lhe qualificar. Durante sua longa existência, já foi jesuítica, real, imperial e, com o advento da república, nacional. Os tantos títulos que teve falam das várias mãos pelas quais, em seus longos anos, passou, cada uma delas imprimindo marcas que lhes foram específicas. Marcas essas que, na verdade, começaram a moldar a fazenda ainda antes de seus títulos.

As primeiras mãos a enodoar essas terras foram as de Cristóvão Monteiro. Casado com a Marquesa de Ferreira, Cristóvão aparece como requerente no pedido da sesmaria que ia de “Sapiaguera, aldeia que foi dos índios, até Goratiba, que são quatro léguas boas, ao longo da costa do mar, e estarão oito léguas boas, da bôca do Rio de Janeiro, para cá, contra Angra dos Reis”.¹ Cristóvão, que teve com a Marquesa um casal de filhos, Eliseu e Catarina, usufruiu por algum tempo das terras recebidas. Porém, após a morte de Cristóvão e da Marquesa, os clérigos de Santo Inácio tomam posse, por meio do Colégio Rio de Janeiro, de metade das terras que haviam sido legadas por Cristóvão à Marquesa. Quanto à parte de Catarina, dias depois ela e o marido são dissuadidos pelos padres de manterem-se por ali, e em troca do seu quinhão aceitaram terras jesuíticas em outras paragens. Não tardou para que os padres ampliassem os seus domínios. Outra sesmaria na cabeceira do rio Guandú foi, alguns anos depois, herdada por dois irmãos, filhos de Manoel Velloso de Espinha. Esses acabam aceitando vender as seis léguas de terra, desta vez mais ao interior, que lhes cabia como herança do pai.

¹ A base das informações que se seguem é: VIANA, Sonia Baião Rodrigues. Fazenda Santa Cruz e as transformações da política real e imperial em relação ao desenvolvimento brasileiro. 1790-1850. Dissertação de Mestrado, UFF, 1974

No Tombo de 1731, os limites de Santa Cruz foram dados pelos seguintes marcos: a Freguesia de Sacra Família do Tinguá, em Vassouras; a linha do Curral Falso, contígua à Freguesia de Mangaratiba até o mar; os terrenos de Marabicu, a leste; e as terras de Mangaratiba, a oeste. Hoje, essas mesmas terras compreendem o bairro de Santa Cruz, no município do Rio de Janeiro, e partes dos municípios de Barra do Piraí, Itaguaí, Mendes, Nova Iguaçu, Paracambi, Paulo de Frontin, Piraí, Rio Claro, Vassouras e Volta Redonda.

Nestas terras, os jesuítas implementaram a policultura que caracterizava as grandes fazendas da Ordem. Lá em Santa Cruz havia, pelo menos, arroz, feijão, mandioca, algodão e, certamente, cana. Porém, não era essa a principal fonte de renda da fazenda. Com sua enorme extensão, tornava-se propícia para a pecuária extensiva, inclusive com aluguel ou arrendamento de pastos. Grande parte dos que usavam estas pastagens vinham de outras províncias, e precisavam recompor o rebanho dos desgastes da viagem, antes de chegar ao mercado do Rio de Janeiro. O gado privado, isto é, o que era criado pela Ordem, estava distribuído em 22 currais espalhados pela propriedade.

Na porção que foi recebida da família Monteiro, a melhor e mais acessível, os padres instalaram a sua igreja, um grande sobrado, que lhes servia de moradia, uma hospedaria, provavelmente para os tropeiros que traziam o gado de fora, uma escola de rudimentos e catequese para meninos, açougue, hospital, cadeia e diversas oficinas. O pequeno povoado, formado em torno da sede, era, provavelmente, composto em sua maior parte por escravos. Isso nos permite imaginar que algumas das suas construções eram destinadas também a esses cativos.

Pouco se sabe, ao certo, sobre como e quando começou a ser composto o plantel de escravos da Fazenda. Alguns autores mencionam a união entre negras africanas e índios da aldeia de Goaratiba, planejada e levada a cabo pelos jesuítas, objetivando a produção de filhos escravos, já que o ventre era cativo. O mais provável, no entanto, é que junto com a terra tenham vindo alguns escravos, ou ainda que, durante a administração jesuíta, cativos tenham sido agregados por tráfico, doação ou como ressarcimento de dívidas. O fato é que um grande número de cativos foi reunido na fazenda e, a princípio, sem nenhum tipo de critério quanto à sua origem.

Da escravaria da fazenda temos notícias por meio de três inventários até agora. O primeiro é o inventário de 1759, produzido por ocasião do seqüestro dos bens quando

da expulsão dos padres da Cia. de Jesus do Império português, atualmente depositado na Torre do Tombo. A extensa lista de pertences, construções e escravos da fazenda nos dão uma ideia deveras aproximada da magnitude da fazenda. A lista da escravaria foi organizada segundo a condição familiar: primeiro os casais e seus filhos, que compõem quase 90% dos escravos do inventário, segue-se a lista das sete mulheres com marido ausente por – estarem em Macaé, terem sido alforriados ou vendidos –, depois os onze órfãos de pai e mãe e por último os 18 viúvos e as 34 viúvas com seus filhos, formando um total de 276 núcleos familiares que abrigam a totalidade dos 1016 escravos. De forma muito organizada, em quatro categorias que giram em torno da experiência familiar – casado, órfão e viúvo – os funcionários que prepararam o inventário conformaram o milhar de cativos da Companhia em Santa Cruz. Dentro de cada categoria, os escravos estavam organizados em ordem alfabética pelo primeiro nome do cabeça do grupo.

Uma transição administrativa gerou o segundo inventário, em 1791. Quando as responsabilidades sobre os bens da fazenda, agora governamental, passaram das mãos do Sargento Mor Manoel Joaquim da Silva Castro para as do Cabo de Esquadra do Regimento de Artilharia Joaquim Henriques Guerra, um minucioso levantamento da escravaria foi realizado. Desta vez, o trabalho foi realizado ao estilo de um censo, dando a impressão de que se percorreu os dois bairros de senzalas – Limeira e Pacotiba – anotando os habitantes de cada unidade. O resultado foi uma lista de escravos, na qual se deu destaque às unidades domiciliares por meio de chaves. Nesta lista constam nome, idade e grau de parentesco com os que partilham a mesma chave. No total, foram assentados 1342 escravos divididos em 373 unidades, sendo 609 homens e 733 mulheres, as categorias não aparecem com tanta precisão e certo número de solitários também.

O terceiro inventário que utilizamos neste trabalho, datado nos registros do Arquivo Nacional pelo ano de 1818, traz uma série de informações acerca deste grupo durante o desenrolar dos anos de 1817 até meados de 1821. Sua concepção já previa alterações, de tal forma que funcionassem como assentamento de um “livro caixa” da população de escravos. Tendo-o aberto diante de si, o leitor encontra uma divisão funcional entre as páginas, a da direita contém um número para o escravo, o número do grupo ao qual pertence, sua posição no grupo (a exemplo do inventário anterior se é

casado, esposa, filho, neto, enteado,...) e a idade. Na página à esquerda é possível ver, no alto, a palavra “Observações” e abaixo dela, compõem informações complementares como profissão, alforria, de que grupo é procedente (em caso de casamento celebrado entre 1817 e 1821), data de nascimento e/ou de batismo. Nele constam escravos de Santa Cruz e de suas feitorias, num total de 1641 escravos porém, para efeito deste trabalho utilizaremos os escravos da sede e da feitoria de Santa Cruz, já que as outras feitorias eram destinadas aos pretos novos. Como o foco do presente trabalho é o uso ou o desuso dos sobrenomes, estaremos trabalhando com todos os 1429 cativos que aparecem na lista, mesmo os falecidos um pouco antes e os nascidos um pouco depois do início do inventário, e não apenas com os 1217 que estavam presentes em 1817.

Nomear e renomear em Santa Cruz

Num plantel de cerca de mil escravos dar um nome simples não permitiria que este cumprisse uma das suas principais funções: diferenciar alguém dos demais. No entanto, isso não invalida uma pesquisa a esse respeito, já que a praticidade está no uso de dois termos no nome, e não na escolha de que termos seriam esses. Uma vez que muito dificilmente uma tal tarefa seria aleatória,² a questão que se nos impõe é: quais critérios teriam presidido a escolha de nomes entre os cativos de Santa Cruz?

No Brasil escravistas, algumas vezes os cativos adotavam sobrenomes após sua alforria. É o caso de Francisco Nunes de Moraes, um africano liberto, originário da Costa da Mina, que lavrou seu testamento na Bahia, em 6 de setembro de 1790. Nele declara que havia comprado sua liberdade dos seus senhores, os herdeiros do Capitão-Mor Antônio Nunes de Moraes, pela quantia de duzentos e cinquenta mil réis. Por esse trecho do testamento já é possível perceber uma prática muito significativa, a adoção do

² “... atribuir um nome resume experiências pessoais, acontecimentos importantes, visões de mundo e valores culturais.” FLORENTINO, Manolo e GOES, J. Roberto. in “Comércio negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos no agro-fluminense”. Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Caxambú: ABEP. 1994. p. 369.

sobre nome dos senhores pelos escravos. Francisco pôde, e mais, quis adotar o sobrenome do Capitão-Mor Antônio.

Antes que se pense apenas na adesão ou devoção desses aos seus senhores, é possível postular que essa foi uma “herança” tomada ao antigo senhor. Um nome, uma identidade no mundo luso-colonial. Algo que permitisse a construção de relações livres. Algo difícil ao Francisco Mina é certamente mais factível ao Francisco Nunes de Moraes. Enfim uma estratégia, sem dolo, mas com ganho.

No caso que temos nas mãos a situação é bem diversa. Trata-se de um grupo substantivo e não de um único indivíduo. Os fatores que levaram a definir quais seriam os sobrenomes de cada indivíduo, poderiam estar ligados às próprias relações internas ao plantel. É o que também percebeu Carla Casper Hackenberg (HACKENBERG, 1997), quando analisou o grupo de escravos pertencentes à fazenda do Cabussú. Carla postula que a nomeação é, também entre os cativos, uma forma de homenagem a antepassados ou parentes próximos. Embora uma elevada percentagem de sua amostra, 35% dos casos, estejam relacionados aos proprietários, 62% se referem a parentes e padrinhos. Em Cabussú o que estava em questão era o primeiro nome, que em Santa Cruz não apresenta a mesma regularidade. Mas entre o “povo jesuítico” o que se destaca é o uso de sobrenomes.

De fato, nem sempre é possível afirmar que o segundo termo do nome se trate de um sobrenome com todo o rigor e nem que seja o último nome do cativo. Muitos deles parecem ser apenas nomes compostos, do tipo Maria Francisca, Manoel Antonio, ..., o que pode deixar dúvida de que seja o nome completo.

O primeiro passo necessário seria estabelecer alguns critérios que nos permitissem definir com um mínimo de confiabilidade, quais seriam sobrenomes e, por conseguinte, os termos que apontassem para existência de algum tipo de agrupamento entre os cativos. Talvez o mais apropriado seja defini-los pela via negativa, isto é, quais seriam os nomes compostos. Para tanto, ao menos dois critérios já se impõem: o primeiro seria dado pelo fato de que um nome composto permite flexão de gênero, ou seja, se há um Antônio Francisco, e pode haver uma Maria Francisca, Francisco(a) não foi considerado um sobrenome. O segundo, deriva do primeiro, e decorre de que se o segundo termo do nome pode ser usado como primeiro, este é, por isso mesmo, definidor de gênero. Há ainda os casos específicos do uso dos títulos dados ao nome

Maria, que por motivos óbvios, não nos permitem tratá-los como sobrenome. A exceção a esta última regra foi o termo “da Glória”, que teve seu uso modificado ao longo do tempo: em 1759 aparece apenas como complemento do nome Maria, mas já em 1791 figura como sobrenome de homens como Ignacio da Gloria.

A partir do tratamento proposto para os dados do plantel de Santa Cruz, observamos que em 1759 haviam 168 sobrenomes diferentes, na tabela 1 vemos os mais frequentemente usados.

Tabela 1: Sobrenomes mais utilizados em Santa Cruz segundo o inventário de 1759.

Sobrenomes	Nº de Escravos
Pereira	66
Fernandes	44
Cardoso	31
Correia	30
Bulhões	28
Barreto	26
Jesus	24
Teixeira	24
Ferreira	23
Oliveira	21
Cruz	20
Total	337

Fonte: Inventário do Sequestro da Fazenda de Santa Cruz, Arquivo da Torre do Tombo.

Dentre os 11 sobrenomes mais utilizados, localizamos, segundo a lógica observada por Hackenberg, oito que também eram nomes de sacerdotes jesuítas que passaram ou administraram Santa Cruz entre o final do XVII e o início do XVIII. Curiosamente, os nomes mais utilizados – Pereira e Fernandes – eram de administradores da fazenda, os padres Pedro Pereira, Domingos Fernandes, Pedro Fernandes e Gualter Fernandes. Domingos Fernandes foi administrador e superior da fazenda na década de 1670, contribuindo ativamente para a manutenção dos marcos do tombo de 1730. Pedro Pereira administrou a fazenda por algum tempo entre o final do XVII. E os padres Pedro Fernandes e Gualter Fernandes exerceram o cargo de superior desde o final do XVII até a prisão e o exílio.

O inventário de 1759, como dito anteriormente foi ordenado alfabeticamente pelo nome do cabeça do grupo familiar, o que não nos permite, mesmo por hipótese, avançar muito no que diz respeito a transmissão dos sobrenomes. Não nos parece absurdo dizer que mesmo que os sobrenomes tenham sido tomados, ao menos alguns deles, dos padres, uma vez manipulados pelos escravos, tais nomes ganham uma dinâmica própria, já que alguns desaparecem e outros aparecem após a expulsão dos inacianos. Pelo menos 60 dos 168 sobrenomes não estavam em uso em 1759, embora pelo menos sete deles possam ter sido tomados de sacerdotes jesuítas. Se, de fato, como aventamos aqui os sobrenomes foram inicialmente tomados dos padres, a partir daí eles entraram numa nova lógica que de uso que pode ser sazonal ou geracional, com omissões em certas gerações.

Tabela 2: Distribuição dos sobrenomes pelos inventários.

Sobrenomes nos inventários	Qtd (%)
Em todos	87 (51,8)
Somente em 1759	15 (8,9)
Em 1759 E 1791	6 (3,7)
Total dos que estavam em 1759	108 (64,4)
Somente em 1791	19 (11,3)
Em 1791 E 1817	26 (15,4)
Somente em 1817	15 (8,9)
Total dos que não estavam em 1759	60 (35,6)
Total de sobrenomes	168 (100,0)

Fonte: Inventário do Sequestro da Fazenda de Santa Cruz, Arquivo da Torre do Tombo, Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional. RJ e Inventário de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz, 1818, Arquivo Nacional. R.J.

Como as famílias em que pais e filhos tem o mesmo sobrenome são raras exceções, nos cabe agora tentar investigar que tipo de critério pode ter regido o uso escravo dos sobrenomes. Podemos pensar que muitos eram os modos de materializar um parentesco tão plural quanto o que descreveu o deputado Rafael de Carvalho, em na avaliação que fez da fazenda no ano de 1837 (que consta na Resolução nº 144 de 1837, de autoria do Deputado Rafael de Carvalho membro da Comissão das Contas do Tutor de S. M. e AA. Imperiais: I-PAN-14.8.837-Car.rs - Arquivo do Museu Imperial de Petrópolis - R. J.).

O primeiro que nos ocorreu foi investigar o nascimento e uso dos nomes, uma vez que é no nascimento que se atribui o nome. Daí chegamos às idades, das quais só

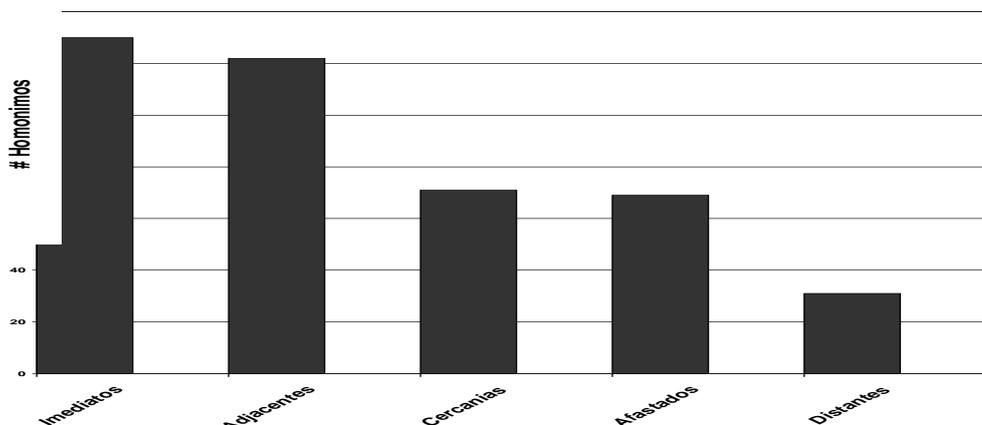
dispomos nesse inventário para os filhos, nunca para os pais. Se incluirmos aqueles que são registrados com um ano de diferença, o que pode representar meses de distância entre os nascimentos, esse número se revela surpreendente. Em 1759 haviam 937 escravos que, segundo o critério que adotamos, faziam uso de sobrenomes. Em 289 casos, isto é, pouco mais de 30% dos casos, havia consciência entre portadores de mesmo nome e idade.

Em 1791, temos que apenas 797, dos 1342 cativos podem, com segurança, serem tidos como membros de grupos de sobrenomes. De modo semelhante ao inventário de 1759, quando observamos os indivíduos que possuem o mesmo sobrenome, ordenados pelas suas idades revela-se a existência de grupos de pessoas que compartilham ambos. Cerca de 438 cativos podem ter sido batizados com o mesmo sobrenome para firmar uma aliança, possivelmente entre seus pais ou padrinhos.

Um segundo critério que se revela em 1791 é o da proximidade espacial, posto que 424, isto é, 53% dos cativos considerados, possuem um semelhante com o mesmo sobrenome em até nove grupos familiares dispostos antes ou depois do seu, na organização da fonte. Como já foi dito, nada impede, e ao contrário, a lógica aponta, que esta disposição tenha relação direta com a organização física dos escravos. Isso nos mostra, em primeiro lugar, que para mais da metade dos cativos em questão, havia um outro indivíduo com o mesmo sobrenome nas proximidades.

Para emprendermos uma análise mais fina, subdividindo esse espaço circundante em faixas de proximidade, como mostra o gráfico 1, perceberemos que havia uma forte tendência de agregação entre esses indivíduos. Logo, não apenas a escolha do nome não era aleatória, mas também a divisão e a ocupação do espaço não o eram.

Gráfico 1: Número de pessoas portadoras do mesmo sobrenome por local relativo de moradia, Santa Cruz, 1791.



Fonte: Inventário da Real Fazenda de Santa Cruz, 1791. Arquivo Nacional. RJ.

Ao que tudo indica, a divisão do espaço se dava de forma a aproximar, na medida do possível, pessoas que mantinham alguma afinidade entre si. Se os homens organizam seu espaço por meio de suas relações socio-culturais, a expressão social dessa relação pode ter se dado pela troca de sobrenomes. Por outras vias, a leitura do gráfico também nos aponta para uma preferência pela manutenção de núcleos, onde se reproduziam esses laços.

Lembrando que esta Fazenda fora jesuíta e então era governamental, mantendo-se relativamente distante do tráfico atlântico, é possível que este gráfico esteja mostrando alguma forma de relação social desenvolvida no seio da escravaria, e que escapou às letras do autor do inventário. Assim, os cativos que tinham longa convivência, não apenas pessoal, mas familiar, isto é, por gerações a fio, precisavam desenvolver modelos relacionais que possibilitassem o convívio e a organização política em tão extensa comunidade.

Ora, essa tendência à aproximação esbarra na própria proliferação de famílias. Com a sucessiva formação de novas unidades, os cativos, em alguns momentos, se veriam impedidos fisicamente de manter a distribuição desejada. Talvez, por isso, tenham que ter estabelecido outras formas de manutenção destes vínculos. O primeiro critério que expomos, só dá conta de pouco mais da metade dos cativos que consideramos portadores de um sobrenome.

Existem ainda os que se enquadram em ambos os critérios, o espacial e o temporal, e que configuram mais de 1/3 dos cativos considerados. Assim, distribuídos por esses critérios temos:

. Cativos com sobrenome:	797 cativos (100%)
. Somente pelo critério espacial:	142 cativos (18%)
. Somente pelo critério temporal:	156 cativos (20%)
. Por ambos os critérios:	282 cativos (35%)
. Total	580 cativos (73%)

Este quadro nos informa sobre duas possibilidades que rondam a análise dos sobrenomes. É possível pensar que na origem do nome, o detentor anterior fosse o mesmo em ambos os casos. Alguém tido como social e afetivamente relevante, e que por isso poderia ser homenageado tanto pelos circunvizinhos, quanto por aqueles que lhe herdaram o nome no mesmo momento. O fato é que esse uso, agora sabidamente sistemático, não aleatório, representa a construção de uma ordem social relativamente sólida, já que engendrava suas malhas por toda a extensão do espaço que abrigava a comunidade.

Ainda que não possamos definir qual a origem efetiva do sobrenome, se de um padrinho, ou de uma madrinha, ou outra coisa qualquer, a definição de critérios lógicos que cubram a quase totalidade dos casos, aponta para um uso cultural do nome, ou seja, uma forma de manter identidades e preservar ligações de ordem social e afetiva.

Passados 25 anos, o novo inventário feito apresenta alguns problemas para esse tipo de análise. O primeiro deles é a presença de certo número de cativos com um nome simples - isto é, provido de apenas um termo. O surgimento desses cativos pode indicar uma alteração na acuidade das anotações, mas, por se tratar, na maioria dos casos, de menores de 10 anos, podemos imaginar que de fato estaríamos diante de uma alteração em um dos modelos de plasticidade das relações sociais em Santa Cruz.

Praticamente todos os cativos com nome simples estão, entre 1817 e 1821, com menos de 20 anos. Estamos falando de 5,4% dos cativos, ou seja, 78 dos 1456 nomes arrolados entre 1817 e 1821. Desses, 30 tinham menos de 5 anos quando de seu registro,

32 estavam entre 5 e 10 anos quando tiveram seus nomes assentados no inventário e os outros 16, estavam com idade acima de 10 e abaixo de 20 anos.

Os casos de sobrenome *stritu sensu* também são menos frequentes do que no inventário anterior. Enquanto em 1759 eram 937, mais de 90% dos escravos, 1791 havia 797 portadores de sobrenomes segundo os critérios adotados, isto é cerca de 60% dos cativos, em 1817 chegam apenas a 40% (591 cativos). É possível que estas alterações estejam apontando para um paulatino desuso dos sobrenomes como emblema de relações.

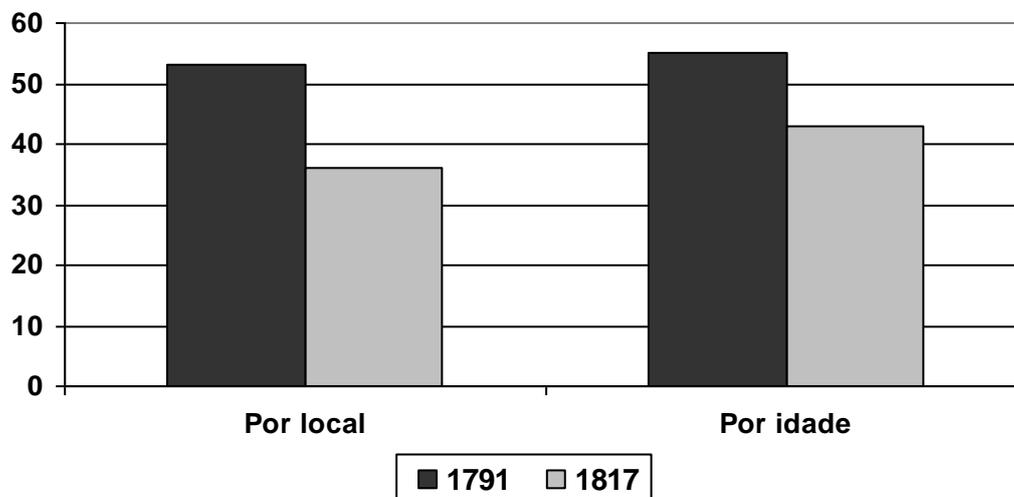
Outro índice deste possível movimento é a diferença de idade observada entre os portadores de sobrenomes e os demais cativos. Os indivíduos ligados aos sobrenomes têm, em média, 27.4 anos; enquanto seus correlatos alcançam apenas a média de 16 anos de idade. Os mais jovens parecem se servirem cada vez menos dos sobrenomes para materializar os seus laços de afinidade.

Mas esse prenúncio de mudança não nos impede, nem nos exime, da tarefa de investigar a permanência dos portadores de sobrenome no inventário de 1817. Nesse sentido, a primeira observação que pôde ser feita é de que ele não apresenta a mesma regularidade do de 1791. Ao contrario, o segundo inventário apresenta os portadores de sobrenomes quase tão distantes entre si quanto os demais cativos.

Isto colocaria em xeque o procedimento tomado quanto aos dados de 1791? Não necessariamente. É provável que o abandono do uso de sobrenomes fosse abrindo “buracos” na lista nominal. Não que os parentes não estivessem lá, é possível que estivessem, só que agora não mais reconhecíveis pelo seu sobrenome.

O outro critério identificado para a proximidade entre os portadores de sobrenomes sofreria a mesma ação imperativa. No entanto, quanto às idades, o que se dá é um pouco diferente. Em 1791, havia 438 portadores de sobrenomes nascidos aproximadamente na mesma época, o equivalente a aproximadamente 55% da população com sobrenomes. No segundo, esta cifra alcança mais de 40%. A diferença no decréscimo é substancial. Para o critério do local de moradia a redução é de 1/3 enquanto no critério das idades a redução alcança apenas 1/5.

Gráfico 2: Redução na aplicação dos critério de escolha de sobrenomes.



Fonte: Inventários de escravos da Real Fazenda de Santa Cruz: 1791 e 1818 (sic.) Arquivo Nacional, RJ.

Como e porquê tais mudanças ocorreram não sabemos ao certo. É possível que a maior circulação dos cativos em ambientes diversificados e a intensificação das relações com indivíduos destas esferas sociais, tenham contribuído bastante para que houvesse uma sensível alteração no modo de materializar as relações parentais. O que configuraria uma historicidade na forma de plastificar e gerir os meios de consecução de parentesco, de forma clara e autônoma, a partir da cessação dos rígidos controles jesuíticos. O que poderia estar a indicar que o uso de sobrenomes se configurou como mecanismo jesuítico de organização do parentesco entre os escravos. Corroborar esta proposta, o fato de que todos os escravos no inventário de 1759 estão classificados de acordo com duas experiências básicas de parentesco: casamento e filiação. São todos casados, filhos de casados, viúvos ou órfãos. Não há escravos que não estejam ligados, ainda que pela memória a um matrimônio. Em 1791, o percentual de mães que alguma vez passou pela experiência do matrimônio, e com isso pôde ter filhos sancionados pela norma, caiu de 100% para 91%, caindo para 77% no inventário seguinte. O que equivale dizer que a proporção de mães solteiras cresceu de 0% para 9% e depois para mais de 20%. Correlativamente, as mães que moram ainda com seus pais – pai, mãe ou, eventualmente, ambos – que equivaliam a pouco mais de 5% no inventário de 1791, em 1817 respondem por 18% das mães.

Também a média de idade das mães caiu consideravelmente. Não temos como calculá-la para 1759, mas em fins do século XVIII, estava em torno dos 36, já na segunda década do XIX, caiu para 32 anos. Coerente a esta queda, há um aumento do número de mães abaixo dos 20 anos. No inventário de 1791 só havia uma (0,4%), ao passo que no segundo, essas jovens mães representam 17%, ou seja, 37 casos.

Por fim, em 1791, havia 26 filhos que não estavam sob a tutela de suas mães, sendo que 22 estavam com os pais e 4 com os avós. Já em 1817, a situação se alterou completamente, temos 63 filhos que viviam longe de suas mães, provavelmente mortas, libertas ou deslocadas para a Quinta. Destes, 20 estavam com os avós e 43 com os pais.

De qualquer modo, diante das vicissitudes do devir histórico que a saída dos jesuítas impôs aos escravos, parece que as formas de organização do parentesco e da vida que então grassavam no tempo dos padres, tiveram que ser flexibilizados ou abandonados ou, ainda, sofreram tantas influências externas que acabaram por se descaracterizar, gerando novos padrões sociais em seu lugar.

Bibliografia

- _____. *História da Cia. de Jesus no Brasil*. Tomo VI. RJ: Instituto Nacional do Livro. sd.
- ARAÚJO, José Pizarro e. *Memórias históricas do Rio de Janeiro...* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1820.
- FAZENDA, Vieira. *Antiquilhas e memórias do Rio de Janeiro*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. tomo 95, vol. 149 (2ª edição). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1943.
- FLORENTINO, Manolo e GOES, J. Roberto. in “Comércio negreiro e estratégias de socialização parental entre os escravos no agro-fluminense”. *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. Caxambú: ABEP. 1994.
- FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em nome do Rei*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1999.
- GAMA, José Saldanha da. “História da Imperial Fazenda de Santa Cruz – Primeira Parte”. In *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo 38. Parte II. 1875.

- HACKENBERG, Carla Casper. *Famílias em cativo*. Dissertação inédita. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. 1997.
- LEITE, Benedito F. *História de Santa Cruz*. Rio de Janeiro: sc.sd.
- LEITE, Serafim. *A Companhia de Jesus e os pretos do Brasil*. Lisboa: Ed. Brotéria. sd.
- REYS, Manuel Martins do Couto. “Memórias de Santa Cruz”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Tomo V, 1843.